

TERRITÓRIOS (I)MATERIAIS E AGROECOLOGIA

Reuel Machado Leite

Mestrando em Geografia

Universidade Federal de Sergipe

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

reuelmachadoleite@gmail.com

INTRODUÇÃO

Utilizando como recurso a análise de duas teses de doutorado em geografia, o presente artigo busca trazer elementos para debatermos os territórios imateriais formados a partir do pensamento agrário e como estes constituem *poderes explicativos* sobre a agroecologia por meio da ciência geográfica. Portanto, inicialmente debateremos acerca do que seria paradigma e qual o sentido que o estamos empregando aqui, partindo da reflexão de dois autores seminais neste debate: Fleck e Kuhn.

O pensamento é algo inerente à natureza humana, bem como a capacidade de se relacionar, produzir espaços e estabelecer relações de poder. Quando os sujeitos engendram um espaço, onde se relacionando em torno de um pensamento, eles podem definir *estilos de pensamento* (FLECK, 2010) ou paradigmas (KUHN, 2013). Este primeiro autor, Fleck (2010), médico de formação, percebeu que as formulações de conceitos a respeito da sífilis possuíam uma variabilidade ao longo da história que, no seu entender, se explica a partir de fatores socioculturais e históricos, pois são fruto de uma *atividade social*. Dentro de um *coletivo de pensamento* ou de uma *comunidade científica* (termo empregado por Kuhn [2013]), existe um sistema de opinião compartilhado, bem como uma coerção exercida dentro do coletivo, que assegura que seja desenvolvido um *estilo de pensamento*. Este processo é determinante para a construção de afirmações científicas.

Isto quer dizer que a natureza das ideias depende sobremaneira dos espaços sociais (ou *atmosfera*, no dizer de Fleck) onde estas estão sendo produzidas e dos territórios que as defendem. Na visão de Fleck (2010), uma verdade científica ou um pensamento só é inteligível dentro do contexto do coletivo de pensamento. Ele argumenta que “não existe, na história do saber, uma relação lógico-formal entre as concepções e sua comprovação; as provas seguem as concepções assim como de maneira inversa [...]” (FLECK, 2010, p. 69).

O coletivo de pensamento é uma comunidade de pessoas que debatem pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamento (FLECK, 2010). Já o **estilo de pensamento** é uma coerção definida de pensamento exercida por este coletivo e, ao mesmo tempo, também é uma disposição mental para uma forma de perceber, e não para outra, ou mesmo a capacidade de perceber de forma direcionada (Idem).

Baseado nas ideias de Fleck (2010), como nos mostra Campos (2012), Kuhn (2013) entende que “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e,

inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 2013, p. 282).

O conceito fleckiano de estilo de pensamento assemelha-se à concepção kuhniana de paradigma, uma vez que ambas podem ser interpretadas como portadoras de um conjunto de elementos que guiam as análises dos pesquisadores. O mesmo pode ser dito da comunidade científica e do coletivo de pensamento, responsáveis por aderir, compartilhar, selecionar, orientar e difundir paradigmas e estilos de pensamento (CAMPOS, 2012, p. 67).

Todavia, devemos ressaltar que coadunamos com a crítica de Campos (2012) ao pensamento Kuhniano, segundo a qual é rejeitada a ideia de que as ciências humanas devam perseguir o caminho das ciências exatas rumo a uma ciência normal pautada num paradigma consensual; antes de mais nada, isto se baseia em um ideário positivista.

As propriedades estruturais dos paradigmas são o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento (CAMPOS, 2012). Desta forma, no interior dos paradigmas ou estilos de pensamento são delimitadas teorias, conceitos, categorias, e a partir destas formulações disputam um *poder explicativo* (Idem).

Esta delimitação contém em si uma intencionalidade, que se refere à visão política dos sujeitos que a constroem. Portanto, entendemos um paradigma ou um coletivo de pensamento como um *território (i)material*, que é caracterizado pelas relações de poder explicativo dos paradigmas que os grupos tomam pra si (FERNANDES, 2013; JANAINA, 2012).

Os pensadores, as correntes teóricas interpretativas e paradigmas definem a interpretação, leitura, foco do objeto, tema e questão a ser estudada, produzindo explicações a partir de suas intencionalidades (Idem). O território imaterial não se limita apenas ao campo da ciência, mas também ao campo da política (FERNANDES, 2013).

Para tal, temos que entender por que os territórios podem ser materiais e imateriais, ou ainda possuir múltiplas dimensões que se relacionam. Para entendermos o pensamento enquanto território a partir do pensamento geográfico, começaremos pensando sobre a natureza do espaço, pois, de acordo com Raffestin (1993), consideramos que este é anterior ao território. Afinal, é no espaço social que o paradigma se forma e, como exposto acima, é apenas a partir e dentro dele que o pensamento pode ser pensado.

DA TOTALIDADE AO TERRITÓRIO (I)MATERIAL

Para Fernandes (2005a), o *espaço* geográfico fora criado originalmente pela natureza e, posteriormente, transformado pelas relações sociais e, como parte da realidade, ele é multidimensional. Mesmo sendo multidimensional, o espaço pode ser fragmentado por aqueles que o interpretam segundo determinadas intencionalidades, que reflete a ação de um poder que deseja se materializar no espaço (material ou imaterial), o que “significa que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou” (FERNANDES, 2005a, p. 27).

Já o *território*, Raffestin (1993) afirma que ele é posterior ao espaço, que se forma a partir de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível e, ao se apropriar do espaço, ele se territorializa. Ainda a respeito da passagem do espaço para o território, o autor afirma que o território seria um espaço onde se projetou um trabalho (energia e informação) que, por sua vez, revela relações sociais de poder.

Na essencialidade do conceito de território, de acordo com Fernandes (2009), estão os seguintes atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Então, podemos perceber que, apesar do caráter disjuntivo do espaço e território, (pois um não é o outro, mas o segundo se forma a partir do primeiro) ambos são compreendidos em sua totalidade e multidimensionalidade.

Para Fernandes (2008), a compreensão do território enquanto totalidade multidimensional só é completa quando relacionamos sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica, etc. No entanto, “o princípio de totalidade não quer dizer que tudo é território, mas que o território contém o todo que, por sua vez, é parte da realidade” (RAMOS FILHO, 2010, p. 31). Todavia, a fragmentação do espaço que falamos acima também ocorre com o território ao utilizá-lo apenas por uma de suas dimensões, como a econômica, por exemplo, como se ela fosse uma totalidade (FERNANDES, 2008).

Por seu caráter multidimensional, podem existir territórios materiais e imateriais: os primeiros são formados no espaço físico e o segundo no espaço social a partir das relações sociais, por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias (FERNANDES, 2008). Territórios materiais e imateriais são indissociáveis e estão vinculados pela intencionalidade (Idem).

Os territórios imateriais podem ser paradigmas, políticas públicas, correntes teóricas interpretativas que, segundo suas intencionalidades, definem interpretações e conceitos e em sua conflitualidade disputam a esfera pública através do controle da concepção das políticas públicas, por exemplo (FERNANDES, 2009, 2008, 2005b).

A intencionalidade expressa um ato político, um ato de criação, de construção (FERNANDES, 2008). As interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens sobre o território são concebidas por meio de suas intencionalidades que representam interesses de diferentes classes organizadas em diversas instituições (Idem). Neste sentido, é uma opção política olhar o território em sua *multidimensionalidade* ou em sua *unidimensionalidade*. Portanto, “a delimitação de um território unidimensional é de competência dos sujeitos que o elaboram, de acordo com suas respectivas intencionalidades” (RAMOS FILHO, 2010, p. 31).

Se olharmos para um assentamento rural como um território e enxergá-lo em sua multidimensionalidade, como um conjunto de múltiplas territorialidades, observaremos que nele convergem: políticas públicas, movimentos sociais, instituições públicas, assentados camponeses; enxergamos as festas e expressões culturais camponesas; seu sistema agrário e sua maneira

específica de fazer agricultura bem como suas relações com o mercado local; suas articulações políticas estabelecidas em múltiplas escalas, etc.

No entanto, podemos olhá-lo também a partir de uma perspectiva unidimensional como, por exemplo, quando reduzimos a compreensão do território apenas a sua dimensão agrícola e pensamos seu desenvolvimento restritamente atrelado a aspectos econômicos/produativos. Segundo Ramos Filho (2010), a visão que enxerga o território como uno e não diverso concebe apenas, por exemplo, o território da governança, aquele que representa apenas a área territorial do Estado-Nação. Apoiado em Fernandes (2009), Ramos Filho (2010) reflete que

Todavia, uma postura que considere as conflitualidades decorrentes do desenvolvimento do capitalismo precisa considerar o território diverso, deve tratar das diferencialidades entre os territórios. Neste contexto, concebe-se como território diverso o segundo território e o terceiro território. O segundo território refere-se às propriedades, sejam capitalistas, não-capitalistas, individuais, comunitárias ou familiares. O segundo território é parte do primeiro território, mas são diferentes uma vez que, são construídos por sujeitos e relações diferentes. Situa-se no interior do primeiro território.

As propriedades capitalistas (que podem ser exemplificadas pelas empresas transnacionais, pelo agronegócio, etc.) e as não-capitalistas (como as familiares e camponesas) estão em conflito permanente, opondo modelos de desenvolvimento. Decorre do processo de expansão de um dos modelos a destruição do outro. Ambos estão em movimento, em disputa pelo primeiro território, pois o controle do espaço de governança é fundamental para avançar com a permanência ou expansão do segundo território. Por sua vez, o terceiro território refere-se ao espaço relacional da conflitualidade que reúne todos os tipos de territórios (RAMOS FILHO, 2010, p. 31).

Como mencionamos acima, territórios materiais e imateriais são indissociáveis e ambos se implicam no processo de conflitualidade inerentes à reprodução das relações capitalistas de produção no campo (FERNANDES, 2009, 2008, 2005b). O processo de conflitualidade é entendido como o processo de enfrentamento perene que explicita as contradições e as desigualdades do sistema capitalista, refletindo o conflito de classe, que projeta diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2005b).

TERRITORIOS (I)MATERIAIS E AGROECOLOGIA

A seguir, iremos demonstrar que alguns territórios (i)materiais defendem que existe uma questão agrária, já outros irão negá-la. Da mesma forma, há aqueles que atestarão a inexistência da agroecologia, pois ela não possui, nesta concepção, “[...] nenhum fundamento consistente, empírico ou teórico-metodológico” (NAVARRO, 2013, p. 12), outros afirmarão seu caráter científico (ALTIERI, 2012), ou ainda sua construção como resistência camponesa (GUZMÁN, 2001).

Nos estudos agrários existem dois principais territórios (i)materiais: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), cada qual possuindo duas tendências internas: a do PQA são a Campesinista e a Proletarista; a do PCA são a da Agricultura Familiar e a do Agronegócio (FERNANDES, 2013; CAMPOS, 2012; RAMOS FILHO, 2008).

Na centralidade do debate do PQA está a interpretação da questão agrária como problema estrutural do capitalismo. Neste sentido, sua superação requer o enfrentamento do sistema capitalista (FELICIO, 2011). Os principais elementos da abordagem do PQA são: camponês como conceito central; a luta de classes (camponeses e capitalistas do campo); a ocupação do território camponês pelo capital; a reprodução subordinada dos camponeses pelo capital, e, por conseguinte, a criação de relações capitalistas e não-capitalistas de produção; o método dialético; a recriação do campesinato através da ocupação de terras na luta pela reforma agrária; internacionalização das lutas camponesas; recampezinação através do jeito camponês de fazer agricultura, pelos conjuntos de valores e práticas e por suas relações de reciprocidade; protagonismo, resistência e práticas heterogêneas do campesinato (FELICIO, 2011). Como seus autores seminais, destacamos: Karl Kautsky (1986), Lênin (1980), Chayanov (1974), Rosa Luxemburgo (1985) e Shanin (1983).

Com relação ao Paradigma do Capitalismo Agrário, o que está na centralidade do seu discurso é a não consideração da questão agrária como questão estrutural do capitalismo, em que a única saída possível para o campesinato é a integração ao capital. Neste sentido, seus principais elementos são: a inexorável transformação do camponês em agricultor familiar como condição para seu desenvolvimento; integração da agricultura familiar nos mercados e na reprodução do capital; padrão tecnológico tendo como referência o modelo capitalista; tecnificação como sinônimo de desenvolvimento; vê o campesinato e o agricultor familiar como parte do agronegócio; pensa que o camponês que não se adapta tecnologicamente e se integra ao capital é eliminado; e, neste sentido, a única perspectiva de permanência do agricultor familiar é a integração à economia de mercado; este tem o conceito de agricultor familiar como central (FELICIO, 2011). As produções seminais do paradigma do capitalismo agrário podem ser encontradas em Lamarche (1993; 1998).

A multiplicidade paradigmática é caracterizada pela *unidade, diversidade e diferencialidade* dos paradigmas (CAMPOS, 2012). A agroecologia, quando pensada pelo PQA e/ou pelo PCA, reflete a multiplicidade paradigmática, que se desdobra em uma disputa pelo poder explicativo, pela capacidade de defini-la, bem como de influenciar as políticas públicas, os movimentos sociais, camponeses e a própria sociedade em geral. No âmbito da produção da ciência geográfica, qual a unidade, diversidade e diferencialidade das interpretações engendradas através destes territórios (i)materiais em torno da conceituação e interpretação da Agroecologia?

Para entendermos esta questão refletiremos acerca de duas teses, selecionadas devido aos seus estilos de pensamento: a primeira identificada como do PCA e a segunda como do PQA¹. A leitura que faremos dos paradigmas (PCA e PQA) será em torno do conceito de

¹ Seus autores, título, instituição e data de defesa são respectivamente: Carmem Rejane Pacheco Porto, **Reinvenção espacial: agroecologia e turismo – sustentabilidade ou insustentabilidade?**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2011; Sergio Gonçalves, **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita” (UNESP), Presidente Prudente, 2008.

Agroecologia presente em ambas as teses. Este não será um esforço apenas de enxergar os paradigmas supracitados nestes trabalhos, de forma mecânica apenas identificar a presença de um em outro, mas criar um esforço para analisar brevemente como estes simultaneamente constroem *poderes explicativos* em torno da Agroecologia a partir dos paradigmas.

A primeira tese diz respeito a um estudo engendrado na Zona Sul da cidade de Porto Alegre (RS), que “busca avaliar a sustentabilidade ou insustentabilidade do turismo no espaço rural, considerando a construção e aplicação de indicadores elaborados na interface com a agricultura e o ambiente” (PORTO, 2011, p. 25). Neste trabalho, a agricultura agroecológica é analisada em interface com a dinâmica do turismo.

Porto (2011) argumenta que os agricultores familiares da Zona Sul de Porto Alegre criaram algumas estratégias para superar a limitação de não poder produzir em larga escala, e ainda manter a produção e a propriedade. Foram elas: diversificação da produção, comercialização direta, agroindústria, agricultura agroecológica e o turismo. Porto (2011) considera que as atividades não-agrícolas auxiliam a diversificar as atividades e gerar renda. Em sua área de estudo identifica duas dessas, a saber: a comercialização e a agroindústria, que por sua vez, se relacionam com a produção agrícola e o turismo. Neste contexto a transição agroecológica entra como mais uma forma para **gerar renda, criar emprego e agregar valor à produção**.

Com a ajuda do Estado do Rio Grande do Sul, diversos agricultores familiares (termo empregado pela autora), do Bairro Lami de Porto Alegre, se tornaram alvo de projeto de turismo cidadão intitulado Projeto Caminhos Rurais, que leva os moradores da cidade até a zona rural. Neste sentido, a agroecologia entra como mais um atrativo turístico, seja para apresentar a produção *in loco*, ou a mesma beneficiada pela agroindústria dos agricultores, na forma de compotas, dentre outras coisas. Estes produtos são vendidos, criando assim uma articulação entre as atividades.

Porto (2011) defende que atualmente o turismo possui uma ligação importante com a agricultura familiar. Esta aliança se explica pelo fato de esse tipo de agricultura se constituir como atrativo pela sua diversidade, pela identidade da família com a propriedade e com a forma como se desenvolvem as atividades produtivas.

No caso dos produtores da Zona Sul de Porto Alegre, esta associação turismo/agroecologia se deu porque a própria produção se constituiu como atrativo, e neste não houve a necessidade de recursos externos. Desta forma, “[...] o turismo nos Caminhos Rurais se constituiu como complemento às outras atividades desenvolvidas na propriedade e realiza-se sem muito investimento” (PORTO, 2011, p. 133).

Esta dinâmica presente na Zona Rural de Porto Alegre integra o que Porto (2011) entende como *o novo rural*, que se atrela a pessoas que deixam a cidade e vão morar no campo e, uma vez que hoje existe uma interface imprecisa entre rural e urbano, o rural seria um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial (SILVA, 1999). Todavia, esta interface estaria em convivência com *o rural tradicional*. Neste contexto, a agroecologia está inserida tanto dentro da dinâmica da

pluriatividade quanto *interatividade*. A primeira é descrita como uma opção em que o agricultor diversifica sua produção e se dedica a outras atividades além da agrícola (a reflexão da autora deste conceito advém principalmente de Schneider [2003]), e a interatividade entende-se como “todas as atividades não-agropecuárias/não-agrícolas que interagem com as que o são e têm a origem ou base na sua existência” (PORTO, 2011, p. 194).

Para Porto (2011), a agroecologia é pensada como um componente desta dinâmica interativa da agricultura, como uma estratégia para os agricultores familiares, pois coloca a agricultura como um eixo para vários circuitos. O sentido do fazer agroecológico está ligado a um afeto à terra, ao ambiente onde os agricultores familiares devolvem o benefício que esta lhes deu em forma de uma agricultura sem impactos ambientais. Tendo como referencial as ideias de Gliessman (2001), a agroecologia seria, em suma, um conjunto de princípios que norteiam um método próprio para o estudo e desenvolvimento de agroecossistemas, que auxiliaria a construir o conceito de agricultura sustentável.

A agroecologia é entendida como uma nova concepção de mundo, uma mudança de paradigma na construção de um novo caminho; ao mesmo tempo em que as mudanças são gestadas e formadas no âmbito do sistema capitalista, transitam por valores e práticas que se contrapõem ao sistema (PORTO, 2011, p. 141).

Este conceito deixa uma posição um tanto ambígua; porém, analisando o construto da tese nos meandros da construção do conceito de agroecologia, percebemos a influência do Paradigma do Capitalismo Agrário, no sentido de ver os problemas do campo como conjunturais, e não estruturais. Afirmando isto pois este conceito deixa claro que apesar de agroecologia trazer uma nova concepção de mundo e práticas que se contrapõem ao sistema, ainda assim as mudanças estão sendo *gestadas* e *formadas* dentro do capitalismo, havendo uma simbiose ou trânsito (para usar a expressão da autora) de resistência/aceitação. Isso não significa uma ruptura, mas uma perspectiva de encontrar brechas naquilo que os agricultores familiares podem ter como tangível dentro do modo produção capitalista.

Isto fica ainda mais claro quando a Agroecologia aparece no trabalho como uma forma de agregar valor, como um diferencial que compõe uma paisagem vendável em certa medida, mas não como uma estratégia inerente ao processo de superação de um modelo de desenvolvimento. Ela é sobretudo uma estratégia de geração de renda, inserida neste novo rural, que possui cidadãos vivendo neste e ao mesmo tempo é vendida enquanto paisagem para os mesmos. Esta concepção se insere mais na perspectiva daqueles que acreditam na agroecologia como técnica produtiva e estratégia de mercado.

Gonçalves (2008) parte de um enfoque estrutural onde a agroecologia é entendida como resistência ao avanço da agricultura capitalista, que engendra contradições sociais e ambientais no campo, no afã de auferir cada vez mais lucro. Sua análise assenta-se no processo de luta *na* terra engendrado pelos camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Estado do Paraná.

Assim como Porto (2011), adota a concepção de Gliessman (2001) da agroecologia tendo como objeto de estudo os agroecossistemas. No entanto, sua perspectiva centra-se num enfoque em que a agroecologia não significa apenas uma mudança num padrão técnico, mas de superação de todo um modelo hegemônico. Neste sentido, ela se insere no processo de luta contra o capital na esfera da *produção* e *circulação* das mercadorias, como forma de territorialização do campesinato. Devemos ressaltar que a agroecologia se define como uma estratégia de luta *na* terra.

No pensar do autor, só ocorre a territorialização dos movimentos sociais quando estes conseguem construir projetos de autonomia que requerem não só o assentamento rural, mas a articulação entre produção, circulação e consumo. Agroecologia seria um motor para reordenar o modelo de desenvolvimento do campo, para criar relações que envolvam produtores e consumidores, que priorize a preservação ambiental, garanta a Soberania Alimentar, reforma agrária e a emancipação da agricultura camponesa (GONÇALVES, 2008). E

ainda que haja diversas interpretações conceituais, a Agroecologia corresponde fundamentalmente a um **campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural**, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa **perspectiva multidimensional** de longo prazo, superando, portanto, o viés econômico e ambiental/econômico presente nas agriculturas industriais e orgânicas (GONÇALVES, 2008, p.156).

Fica claro, portanto, que para Gonçalves (2008) a construção da agroecologia se insere numa mudança estrutural, fator que está na centralidade das argumentações do Paradigma da Questão Agrária. Ele rejeita, portanto, um olhar fragmentado e técnico. Interpretamos que isto advém da ideia de que para construir uma nova agricultura é preciso lutar para construir uma nova sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletimos portanto acerca da unidade/diversidade, diferencialidade destes conceitos de agroecologia. Queremos propor, portanto, elementos para se pensar a agroecologia desde um enfoque paradigmático. No entanto, como abordamos anteriormente, isto não se deve a um mero esforço de classificação, mas por entendermos que o pensamento tem como base o espaço social, que produz poderes explicativos e, neste sentido, o saber passa a ser territorializado. Este esforço é importante também pela atualidade não do conceito de agroecologia, pois este já é discutido há décadas, mas pela intensidade com que vem sendo debatido, o que significa uma intensa disputa por territórios na academia, nas políticas públicas, no campo e que definirão a agroecologia segundo determinado território (i)material.

Ainda pudemos refletir que os paradigmas ou estilos de pensamento são frutos da coerção exercida por um coletivo ou um grupo, que compartilham um conjunto de pensamentos em uma

comunidade científica ou coletivo de pensamento. No pensamento agrário o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e do Capitalismo Agrário (PCA) disputam poderes explicativos a respeito do desenvolvimento do capitalismo no campo. As teses apresentadas caminham na direção de que as categorias e conceitos tanto do PQA quanto do PCA estão presentes no conceito de agroecologia de ambos autores, respectivamente: Gonçalves (2008) e Porto (2011).

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. – 3 ed. rev. Ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo**. 2012. 387 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita” (Unesp), Presidente Prudente.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. 2 v.

_____. **Movimento socioterritoriais e movimentos socioespaciais contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera – Ano 8, N. 6 – Janeiro/Junho, 2005a.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005b.

_____. **Entrando no território dos territórios**. Revista Nera, Artigo do Mês, março, 2008.

_____. **Sobre a tipologia dos territórios**. Land Research Action Network – Ação Terra, 2009.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. 1º ed. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. 224 p.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. 214 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita”, Presidente Prudente.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita” (UNESP), Presidente Prudente.

GUZMÁN, Eduardo Sevilha. **Uma estratégia de Sustentabilidade a partir da agroecologia**. IN: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KUHN, Tomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 323.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A Agricultura Familiar: do mito a realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)

NAVARRO, Zander. **Agroecologia: as coisas em seu lugar (A agronomia brasileira visita a terra dos duendes)**. COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - v. 10, n. 1, jan./jun. 2013.

PORTO, Carmem Rejane Pacheco. **Reinvenção espacial: agroecologia e turismo – sustentabilidade ou insustentabilidade?**, 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial e o combate a pobreza rural: os casos do MST, CONTAG e MARAM**. Subordinação e resistência camponesa. 2010. 221 p. Relatório (Pós-Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Nossa Senhora do Socorro.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 2 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Espaço e Método**. 5 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SHANIN, Teodor. **La Clase incómoda: Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.